

A pesquisa tem como objetivo analisar as repercussões da Emenda Constitucional 59/09, que tornou obrigatória a matrícula na educação básica para a faixa etária de 4 a 17 anos, investigando políticas públicas voltadas à universalização do acesso das crianças gaúchas de 4 e 5 anos à pré-escola, ao longo do período de 2010 a 2013. Dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE, 2011) evidenciam que a expansão do atendimento em educação infantil no Estado se encontra aquém das metas do Plano Nacional de Educação 2001-2010, tanto para a faixa etária de 4 e 5 anos, quanto para a de 0 a 3 anos. O estudo monitora um grupo de municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre apontados pelo TCE (2009) com índices de atendimento insuficientes, a partir do cruzamento de dados dos Censos Demográfico e Escolar. A investigação, de tipo quali-quantitativa em Educação (GATTI, 2004), coleta dados através de revisão da literatura, análise documental, levantamentos estatísticos, programas e projetos educacionais e entrevistas com gestores públicos e conselheiros municipais de educação. No primeiro semestre de 2012, as atividades de iniciação científica envolveram revisão da literatura sobre o histórico da educação obrigatória no Brasil, constatando a partir de Ribeiro (2006) que esta foi sendo gradualmente ampliada no que se refere à faixa etária, aos grupos sociais atendidos e ao aumento do tempo de permanência dos alunos na escola. Farenzena (2010) analisa o processo de inclusão do direito à educação no ordenamento legal brasileiro desde a República, destacando que hoje o direito à educação no Brasil implica, paralelamente, em um dever que se impõe sobre o cidadão, uma vez que o ensino obrigatório, com destinação prioritária de recursos públicos, tornou-se um direito público subjetivo. No que se refere ao direito à Educação Infantil, estudos acadêmicos e reivindicações de movimentos sociais têm reforçado a importância da oferta pública de educação para as crianças de 0 até 5 anos. Estudos de Campos (2010; 2011) evidenciam uma ampliação da obrigatoriedade de modo desigual na América Latina, entre os países e entre as diferentes regiões de um mesmo país, pois fatores como renda, etnia e gênero implicam em maior ou menor acesso a matrículas na pré-escola. Observou-se, ainda, que as políticas de obrigatoriedade do ensino tendem a universalizar a oferta pública para a faixa etária de 4 a 5 anos e remeter a entidades privadas o atendimento a crianças de 0 a 3 anos, comprometendo, em alguns casos, a equidade nas condições de qualidade educacional. Os estudos realizados até o momento apontam para a necessidade de políticas de expansão que promovam a unidade pedagógica entre creche e pré-escola e ampliem os recursos financeiros, de forma a garantir educação pública de qualidade para essa etapa da educação básica. O aprofundamento teórico sobre o tema da obrigatoriedade da matrícula na pré-escola no Brasil contribui para a compreensão dos dados estatísticos, mostrando a complexidade da questão e evidenciando a relevância de uma pesquisa nessa área.